

GESTÃO DO ENSINO MÉDIO E A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES: UMA ANÁLISE A PARTIR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (TCE-RN)

Nathália Masson Bastos
Colégio Pedro II
nathaliabastos03@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Dentre os desafios latentes na sociedade brasileira, o acesso democrático a uma educação com qualidade, enquanto direito social, é, ao que parece, um dos mais difíceis de ser superado. Haja vista que, apesar do direito e a garantia à educação estarem previstos nos artigos 205 a 214 da nossa Constituição Federal de 1988 – considerados fundantes para o “pleno desenvolvimento”, “preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”, assim também estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –, ainda são altas as taxas de abandono, repetência, evasão e distorção-idade série, principalmente na última etapa do ensino básico obrigatório. É o que mostra os dados recentes divulgados pela PNAD Contínua de 2019, onde, apesar de mais de 70% dos jovens de 15 a 17 anos se encontrarem matriculados corretamente no Ensino Médio, o atraso e o abandono escolar atingem 28,6% deles. Somados a isso, apesar de a proporção de pessoas com Ensino Médio completo ter crescido, chegando a 48,8% em 2019 em vista dos 45% em 2016, mais da metade dos adultos (69,5 milhões) não concluíram a etapa educacional. Se olharmos para os profissionais da educação, verificamos que apenas 63,3% dos professores possuem licenciatura na disciplina que lecionam; enquanto 2,5% nem ensino superior possuem. Posto isto, o intuito deste trabalho é investigar os impactos desse cenário na construção de subjetividades dos alunos do Ensino Médio, em especial, nas escolas públicas do Rio Grande do Norte. Nesse sentido, olharemos para o processo de implementação das políticas educacionais no chão escolar, pois, frente a mecanismos imprecisos e indeterminados, ele pode deixar margem a um jogo duplo; ou seja, propiciar a produção de critérios de exclusão e de diferentes subjetividades²⁹, onde “um

²⁹ Entende-se por subjetividade “formas e modalidades de relação consigo através das quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito” (FOUCAULT, 1998, p. 4) e, por produção, a defesa de a subjetividade ser um processo, não algo “dado” em nossa origem (FERNÁNDEZ, 2006). Dessa forma, ao falarmos de produção de subjetividades, abraçamos aspectos históricos, políticos, econômicos e psíquicos (GUATTARI; ROLNIK, 1986).

número cada vez maior de indivíduos são atingidos por essa espécie de mal-estar crônico instituído pela experiência do fracasso escolar” (BOURDIEU, 2015, p. 249). Para tanto, analisaremos a escola e seus elementos internos. Isso porque, o projeto educacional brasileiro, embutido nas políticas públicas, é ali vivenciado por alunos e profissionais da educação de tal modo que o trabalho pedagógico, o planejamento, a organização e a avaliação se tornam produtores de subjetividades sociais inconscientes. E tal fato ocorre, porque, enquanto portadora de uma dimensão subjetiva, a escola é capaz de orientar nossa autopercepção, nossas relações sociais e a maneira como convivemos nos espaços públicos. Ou seja, seria ela “o *locus* em que se dá de forma mais coesa, profunda e duradoura a conexão entre poder e saber na Modernidade. [...] Funcionando, assim, como uma máquina de governamentalização” (VEIGANETO; 2001, p. 109).

DESENVOLVIMENTO

Para compreendermos as condições do Ensino Médio no estado, exploraremos a auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Grande do Norte (TCE-RN) no período de 2011 a 2013. Nela buscou-se analisar a etapa educacional a partir dos seguintes eixos: Gestão, Infraestrutura, Financiamento e Professores. Todavia, devido ao curto espaço de discussão, nosso foco de estudo será o eixo da gestão escolar e seu papel na produção de subjetividades. Assim, no que concerne à gestão escolar, o relatório da auditoria demonstrou as seguintes vulnerabilidades: falta de aplicabilidade do Plano Municipal de Educação, o que desencadeava discrepâncias na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Planejamento Anual das escolas – até mesmo a inexistência dos instrumentos –; baixo nível de satisfação dos profissionais da educação com o apoio da Secretaria de Educação do Estado; precária capacitação profissional e baixo quantitativo de servidores; excesso de instrumentos de registro, o que gerava sobrecarga aos professores; entre outros. Situações essas que evidenciam incongruências entre a expectativa e a realidade das escolas (TCE-RN, 2014).

Não obstante, inúmeras causas foram apontadas para tal cenário – seja pelos profissionais das escolas auditadas, seja pelos auditores –, como, por exemplo, inexistência ou desatualização do Plano Estadual de Educação; baixo quantitativo de curso de capacitação e de orientações da Secretaria de Educação quanto ao apoio, monitoramento e avaliação da gestão escolar; dificuldade em mobilizar a comunidade escolar; entre outros. Ou seja, problemas que repercutem na elaboração de políticas públicas até sua implementação e acompanhamento no

chão escolar. A situação, para nós, agrava-se a partir do momento em que se compreende que a gestão escolar – enquanto espaço estratégico na produção de subjetividades capaz de enxergar os impactos das políticas nas trajetórias escolares –, nesses casos, na verdade, repercutiu de maneira negativa no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Pois, diante desse cenário, eles podem ter de enfrentar fragilidades, ruptura de vínculos sociais, sensação de desestabilidade e precariedade, de modo a se enxergarem como um descartável *dentro da cultura do aleatório* (CASTEL, 2000). Situação que, por isso, precisa ser acompanhada, pois se compreendida como pertencente do cotidiano escolar, pode passar a ser vista como condição objetiva e real, ou seja, alunos e professores podem acabar se ajeitando a ela, se comportando e se idealizando conforme o que percebe como um dado de fato; pertencente a um meio desfavorecido [BOUDON, 1973 *apud* BOURDIEU, 2015].

CONCLUSÕES

Por fim, acreditamos que nossa perspectiva de análise, embora inicial, é capaz de trazer um olhar sobre as condições existentes no chão das escolas. Por meio dela, é possível discutir não só a produção de subjetividades, mas, também, os caminhos e as possibilidades para se refletir o cenário educacional, social, político e econômico, de uma maneira que não se esgote na negação, ou seja, que nos permita criar alternativas concretamente sustentáveis. Ademais, corrobora para refletirmos sobre em que medida um olhar para a produção de subjetividades – levando em consideração o *intermezzo* entre chão escolar e políticas públicas – não seria, também, em si, diante dos desafios aqui levantados, um mecanismo de manutenção e/ou mudança nas desigualdades educacionais que perduram no século XXI.

Tal estudo, assim, faz-se de suma importância, visto que o contexto escolar se demonstra como verdadeiro palco de aprendizagem das relações que ali são (re)produzidas; de modo que estas configuram aquelas e dão sentido “às ações objetivas dos indivíduos, uma vez que são pautadas e fundamentadas por elementos que foram subjetivamente incorporados a partir das experiências objetivas que os mesmos tiveram em sua trajetória individual e coletiva” (MACIEL, 2010, p. 47).

REFERÊNCIAS

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. *Escritos de educação*. NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. [Orgs.] 16ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por amostra de domicílios Contínua – PNAD Contínua*, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em 11 de março de 2021.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GUATTARI, F. ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986

MACIEL, C. A. B. *Subjetividade e exclusão social*. In: *Democracia e subjetividade: a produção social dos sujeitos democráticos*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2010.

RIO GRANDE DO NORTE. Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte. *Auditoria Operacional, Relatório sobre Educação Etapa Ensino Médio – Rede SEEC-RN*. Órgão: Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – SEEC – RN. Processo TCE-RN nº 005366/2013. Período de realização: 2011 a 2013.

VEIGA-NETO, A. *Incluir para excluir*. In: LARROSA, J.; SKLIAR C. *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.